

Região prepara proposta para destravar concessão

Lideranças querem apresentar alternativa ao Piratini para o Bloco 1

Juliano Piasentin

juliano.piasentin@gruposinos.com.br

Oito meses após sua apresentação, a concessão do Bloco 1 de rodovias estaduais ainda não saiu do papel. Nesta terça-feira (30), a matéria voltou a ser debatida na Associação Comercial e Industrial (ACI) de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha, Dois Irmãos e Ivoti. O objetivo é apresentar uma proposta conjunta ao Piratini visando melhorias nas estradas e redução de custos para os motoristas da região.

Originalmente, o conjunto era composto por nove rodovias: RS-010 (nova), RS-020, RS-040, RS-115, RS-118, RS-235, RS-239, RS-466 e RS-474. O custo do quilômetro rodado seria de R\$ 0,21 com 23 pedágios no formato free flow instalados em 18 municípios.

O modelo é considerado inviável por entidades empresariais, setores da educação privada e políticos da oposição. “Precisamos apostar em uma ação co-

letiva, fazer um plano de trabalho para formar uma proposta única”, explicou o presidente da ACI, Robinson Oscar Klein.

Os próximos passos após a reunião, que contou com a participação do prefeito de Igrejinha e presidente da Associação dos Municípios do Vale do Paranhana (Ampara), Leandro Hörlle (PP), do reitor da Universidade Feevale, José Paulo da Rosa, e representantes de outros municípios da região, são reunir profissionais das áreas de engenharia, econômica e política para formatar o plano.

Um ofício em nome destas autoridades também será elaborado pela ACI e encaminhado ao governo solicitando uma audiência com Eduardo Leite. “Queremos que aconteça [a concessão], mas da forma correta”, reforça Klein.

Problemática

A ACI apontou problemas na construção do modelo de concessão, que tem investimentos estimados



RS-239, em Novo Hamburgo, integra Bloco 1 de rodovias

em R\$ 6,4 bilhões em 30 anos, sendo R\$ 4,8 bilhões nos primeiros 10 anos. A aplicação de recursos nos primeiros anos é uma das ponderações da entidade, que teme o cumprimento de grande parte das obrigações no início do contrato e menor esforço financeiro posterior.

Os 30 anos propostos também foram criticados pela possível redução de capacidade de modernização das rodovias ao longo das três décadas.

“Temos discutido esse assunto [Bloco 1] há muito tempo, já que afeta direta-

mente nossa região. Desde que foi apresentado, colocamos contrapontos. Tentamos discutir esse assunto na Assembleia Legislativa, com o governador. Nossa proposta é tentar encontrar um modelo que gere equilíbrio econômico para toda a região, viabilizando tanto os municípios quanto as rodovias”, completa Klein.



Logística da região e RS-118 voltam ao centro do debate

Para Hörlle, a falta de diálogo foi uma barreira na construção do modelo de concessão. O prefeito afirmou que buscou se reunir com o governador em mais de uma oportunidade, mas nunca foi recebido. “Tivemos audiências públicas que acabaram sendo protocolares”, diz, referindo-se aos encontros em Gramado, Taquara, Gravataí e Novo Hamburgo em novembro de 2025.

O político voltou a falar sobre a falta de pedágios na RS-118, o que, segundo ele, sobrecarrega outras rodovias como a RS-115 e RS-239. Também questiona a construção da RS-010, ligando Sapiranga e Porto Alegre. “Precisamos repensar a real necessidade da estrada.”

Os valores relativos ao Fundo Rio Grande

(Funrigs), que seriam repassados à concessionária como aporte, foram criticados. “Com esse recurso de R\$ 1,5 bilhão poderíamos fazer obras emergenciais, como viadutos na RS-239, duplicação na RS-115, por exemplo.”

Por outro lado, o presidente da ACI reforça a importância da RS-010 no contexto da região. “É uma opção que pode fazer falta no futuro, já que deve ajudar no desenvolvimento da região. Ter a RS-010 e melhorar a RS-239 com o menor custo possível é fundamental.”

A construção da rodovia está estimada em R\$ 600 milhões e uma das ideias do Estado é que apenas o custo do projeto esteja previsto inicialmente na concessão. Entretanto, a alternativa segue sendo extraoficial.

CPI dos Contratos de Concessão de Rodovias Estaduais esvazia leilão

Criada em dezembro de 2025, a CPI dos Contratos de Concessão de Rodovias Estaduais chegou ao fim no início de junho. Foram 177 dias de tramitação na Assembleia Legislativa e o relatório final assinado pelo deputado Miguel Rossetto (PT), relator da CPI, soma mais de 500 páginas.

A comissão foi criada para investigar possíveis irregularidades técnicas, jurídicas, financeiras e de interesse público nos contratos de concessão de rodovias estaduais do programa RS Parcerias, com foco nos Blocos 1, 2 e 3. Destes, apenas o Bloco 3, com estradas no Vale do Caí e Serra, saiu do papel, sendo administrado pela Concessionária Caminhos da Serra Gaúcha (CSG).

O relatório recomendou o cancelamento dos Blocos 1 e 2. No que se refere ao

Bloco 2, que contempla estradas no Vale do Taquari e Norte do Rio Grande do Sul, o leilão que ocorreria no início de junho foi cancelado por falta de interessados.

Sobre o Bloco 3, a comissão recomendou a revisão e a auditoria do contrato com a CSG. No que se refere ao modelo free flow, tão criticado ao longo das sessões, a reavaliação também foi indicada.

Hörlle e Klein avaliam que o resultado da CPI, somado com aspectos políticos, pode fazer com que o Estado recue no lançamento do edital do Bloco 1. “Acredito que o esvaziamento do último edital talvez tenha afetado a visão. Mas não temos certeza”, diz Klein. Já o prefeito apontou uma derrota do governo. “Isso mostra a falta de credibilidade do Estado.”

AL aprova contratação de empréstimo externo para enfrentar desastres

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na tarde de terça-feira (30), o Projeto de Lei 223/2026, encaminhado pelo Executivo, que autoriza a contratação de operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao suporte a desastres naturais e emergências de saúde pública. Chamada de Contingent Credit Facility (CCF), a linha pode ser acessada até o total de US\$ 332 milhões.

Por meio da CCF, o recurso já fica reservado para o Estado, mas sem a necessidade de pagar taxas pelo não uso. Essa modalidade traz agilidade, pois o valor é repassado em até cinco dias após o pedido, permitindo respostas rápidas diante de desastres naturais de grande magnitude. O projeto estabelece que a liberação dos recursos dependerá de reconhecimento prévio de

calamidade pública pelo Congresso Nacional, a partir de encaminhamento pela União.

Na justificativa enviada ao parlamento juntamente ao projeto, está descrito que o Estado enfrenta crescente exposição a eventos meteorológicos extremos. As enchentes de maio de 2024, consideradas as mais severas da história do Rio Grande do Sul, são apontadas como exemplo. O PL 223/2026 recebeu 38 votos a favor e um contrário.

O projeto ainda destacou as condições vantajosas da operação, como a ausência de taxas de compromisso e de abertura, cobrança apenas sobre valores efetivamente utilizados e prazo de amortização de até 25 anos, com carência de cinco anos e meio. Conforme o BID, a linha de crédito estará disponível por cinco anos, podendo ser renovada por mais cinco.

ARQUIVO PESSOAL



Cavalgada do Santuário das Mães foi no fim de semana

Chuva não desanimou cavalgada ao santuário

O sol tímido no sábado (27) e a chuva no domingo (28) atrapalharam, mas não impediram a realização da 3ª Cavalgada do Santuário das Mães, que contou com a presença de cerca de 40 cavaleiros no trajeto de 18 quilômetros entre Campo Bom e Novo Hamburgo, de acordo com o integrante da comissão organizadora, Ernesto Bortoli.

O tradicionalista, pertencente ao CTG Essência da Tradição, relatou que o tempo impactou um número menor de participantes. “Destas vezes foi pouco porque o tempo estava ameaçando muita chuva”,

diz. Cavaleiros de Novo Hamburgo, Sapiranga, Ivoti e Lindolfo Collor percorreram o trajeto de capa e chapéu.

A concentração no Palanquinho, sede do CTG Palanque da Tradição no Parque do Trabalhador de Campo Bom, no sábado, culminou na Missa Campal no Santuário das Mães no domingo, que acabou sendo celebrada no interior da igreja devido à chuva.

Apesar dos imprevistos com São Pedro, Bortoli elogia o evento. “Estava chovendo, mas não foi uma chuva pesada, então achei muito bom e muito especial”, declara.